

TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	70022-TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT	MARCIO NEI RIBEIRO	14/05/2026 11:54 (v 0.16)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis		SEi nº 03260.2025-0

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente termo de referência objetiva subsidiar os procedimentos administrativos necessários à **contratação de frota de veículos na modalidade mensal** a serem utilizados no transporte de bens, servidores e demais pessoas a serviço da Justiça Eleitoral em razão das necessidades logísticas e durante o período eleitoral de 2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O mercado de locação de frotas é maduro no Brasil, com capacidade instalada para atender a demanda de grande volume. A pesquisa de preços foi efetuada pela Seção de Gerenciamento de Compras (SGC-CONMAT/SAO). O **valor mensal unitário** de referência adotado neste TR é variável conforme o veículo. Para Caminhonetes médias DIESEL 4x4 cabine dupla (tais como: Toyota Hilux, Chevrolet S10, Mitisubish Triton, VW Amarok, Ford Ranger ou modelos similares) é de R\$ 18.812,23. Para Caminhonetes pequenas cabine dupla FLEX (Fiat Toro, Renault Oroch, Chevrolet Montana, ou modelos similares), o montante é de R\$ 10.000,41. Para SUV médio compacto FLEX (VW T-Cross, GM Tracker, Renault Duster, Nissan Kiks, Hiunday Creta, ou modelos similares) o valor mensal é R\$ 9.594,94.

1.3. Análise de Soluções e Justificativa da Escolha (Locação): A escolha pela locação de veículos, em detrimento da aquisição ou uso exclusivo da frota própria, baseia-se em critérios de economicidade e eficiência operacional, conforme preconizado pela legislação (Lei nº 14.133/2021, art. 6º, XXV).

1.4. Estimativas de contratação individualizada por Zona e Região Eleitoral de Mato Grosso:

LOTE 1 - CAMINHONETES MÉDIA DIESEL 4x4 CABINE DUPLA (30 veículos - 03 meses)

LOTE 1 - CAMINHONETES MÉDIA DIESEL 4x4 CABINE DUPLA		1º TURNO	2º TURNO	Quantidade Total (90 dias)
Item	Local (ZE)	30/07 a 07/10/2026 (69 dias)	08/10 a 29/10/2026 (21 dias)	
1	31ª ZE - Canarana	69	21	90
2	26ª ZE - Nova Xavantina	69	21	90
3	15ª ZE - São Félix do Araguaia	69	21	90
4	16ª ZE - Vila Rica	69	21	90

5	28ª ZE - Porto Alegre do Norte	69	21	90
6	9ª ZE - Barra do Garças	69	21	90
7	23ª ZE - Colíder	69	21	90
8	33ª ZE - Peixoto de Azevedo	69	21	90
9	44ª ZE - Guaratã do Norte	69	21	90
10	36ª ZE - Vera	69	21	90
11	32ª ZE - Claudia	69	21	90
12	57ª ZE - Paranatinga	69	21	90
13	61ª ZE – Comodoro	69	21	90
14	11ª ZE - Aripuanã	69	21	90
15	35ª ZE - Juína	69	21	90
16	27ª ZE - Juara	69	21	90
17	6ª ZE – Cáceres	69	21	90
18	52ª ZE – São José dos Quatro Marcos	69	21	90
19	24ª ZE - Alta Floresta	69	21	90
20	56ª ZE - Brasnorte	69	21	90
21	48ª ZE - Cotriguaçu	69	21	90
22	13ª ZE - Barra do Bugres	69	21	90
23	60ª ZE - Campo Novo do Parecis	69	21	90
24	30ª ZE - Água Boa	69	21	90
25	53ª ZE - Querência	69	21	90
26	50ª ZE - Nova Monte Verde	69	21	90

27	38ª ZE – Sto. Antônio de Leverger	69	21	90
28	25ª ZE - Pontes e Lacerda	69	21	90
29	07ª ZE - Diamantino	69	21	90
30	34ª ZE - Chapada dos Guimarães	69	21	90

**LOTE 2- CAMINHONETES PEQUENA CABINE DUPLA FLEX (07 veículos - 03 meses)**

LOTE 2 - CAMINHONETES PEQUENA CABINE DUPLA FLEX		1º TURNO	2º TURNO	Quantidade Total (90 dias)
Item	Local	30/07 a 07/10/2026 (69 dias)	08/10 a 29/10/2026 (21 dias)	
1	5ª ZE - Nova Mutum	69	21	90
2	3ª ZE - Rosário Oeste	69	21	90
3	19ª ZE – Tangará da Serra	69	21	90
4	18ª Mirassol D'Oeste	69	21	90
5	4ª ZE – Poconé	69	21	90
6	41ª ZE - Araputanga	69	21	90
7	47ª ZE - Poxoréu	69	21	90

**LOTE 3 - SUV MÉDIO COMPACTO FLEX (23 veículos, sendo 13 para as ZE's e 10 para a Sede do TRE/MT - 03 meses)**

LOTE 3 - SUV MÉDIO COMPACTO FLEX		Período	Período	Quantidade Total (90 dias)
Item	Local	30/07 a 07/10/2026 (69 dias)	08/10 a 29/10/2026 (21 dias)	
1	45ª ZE - Pedra Preta	69	21	90
2	2ª ZE - Guiratinga	69	21	90
3	46ª ZE - Rondonópolis	69	21	90
4	8ª ZE - Alto Araguaia	69	21	90
5	14ª ZE - Jaciara	69	21	90

6	40ª ZE - Primavera do Leste	69	21	90
7	12ª ZE - Campo Verde	69	21	90
8	21ª ZE - Lucas do Rio Verde	69	21	90
9	22ª ZE - Sinop	69	21	90
10	43ª ZE - Sorriso	69	21	90
11	29º ZE - São José do Rio Claro	69	21	90
12	17ª ZE - Arenápolis	69	21	90
13	42ª ZE - Sapezal	69	21	90
14	SEDE - 10 Veículos	69	21	90

1.5 O CATSERV empregado nesta contratação possui código 4014 conforme o seguinte comprovante:

SERVIÇO

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

UNIDADE

NATUREZA DA DESPESA

33903303  
33909233  
44903303

Voltar

Item de serviço

Código	Nome do Serviço	NBS	Ação
4014	Locação de Veiculos - Leves / Pesados - Sem Motorista		Adicionar

1.6. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa e descrição constante do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.7. O serviço de locação de veículos caracteriza-se predominantemente como serviços não contínuos ou contratados por escopo, nos termos do art. 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021, pois são aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

Prazo de vigência

1.8.O prazo de contratação será restrito ao exercício financeiro 2026, compreendendo todo período eleitoral, com o 1º Turno datado de 30/07/2026 a 07/10/2026, e eventual 2º Turno datado de 08/10/2026 a 29/10/2026.

1.9. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025 - DFD nº 117/2025**.

2.3. Objetivos Estratégicos:

- Viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo;
- Assegurar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- Aprimorar a gestão de riscos e de integridade adotando práticas que garantam a efetividade da governança institucional;
- Orientar as políticas institucionais em consonância às diretrizes do desenvolvimento sustentável;

2.4. A contratação pretendida está alinhada ao PLS 2021-2026, Plano de Ação 12 – VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS. Objetivo: Racionalizar os custos operacionais de transporte e reduzir a emissão de poluentes.

2.5. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta consiste na locação de veículos, por mês, para atender às demandas logísticas da Justiça Eleitoral no Estado de Mato Grosso durante o período eleitoral de 2026, abrangendo o transporte de bens, servidores e colaboradores. Essa abordagem considera o ciclo de vida completo do objeto, desde o planejamento preliminar (identificação de necessidades e estimativas de demanda), passando pela execução (mobilização, entrega, uso e manutenção), até o encerramento (desmobilização, vistoria final e avaliação de desempenho), garantindo eficiência, economicidade e conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

3.2 Os veículos locados são imprescindíveis para dar suporte operacional às atividades da Justiça Eleitoral. Algumas atividades pontuais demandam o emprego de veículos nos Cartórios do interior, cujo atendimento é prejudicado em razão da atual frota de veículos oficiais não comportar tal atendimento;

3.3 Aumentar e manter a frota oficial para tal fim implicaria em antieconomicidade e prejuízos ao erário.

3.4 Este Regional não conta com quantitativo de veículos suficientes e infraestrutura apta a desenvolver tal atividade junto aos Cartórios Eleitorais.

3.5 Após estudos, verificou-se que diante de um evento eleitoral, cada juízo tem a liberdade administrativa para montar a logística mais adequada à necessidade local. Tal fato se acentua face a discrepância da realidade enfrentada pelas ZEs, tais como a extensão territorial de Mato Grosso, o quantidade de eleitores, o cenário político local (partidos políticos ativos, quantidade de candidatos, a quantidade de servidores efetivos, cedidos ou requisitados bem como a atividade midiática.

3.6 A estratégia de contratação prioriza a **locação mensal** como unidade de referência para períodos superiores a 30 dias. Para garantir a economicidade, o valor da diária para períodos excedentes ou frações de meses será calculado na proporção de 1/30 (um trinta avos) do valor mensal registrado, vedada a aplicação de preço de diária avulsa para contratos de longa duração.

3.7 Outrossim, o uso de veículos locados revela-se de fundamental importância para a manutenção da disponibilidade e da prontidão da frota oficial do Tribunal, preservando os veículos próprios para situações críticas ou de uso prioritário. Nesse modelo de contratação, os cuidados com manutenção preventiva e corretiva, reparos, solução de panes, licenciamento anual, seguro total e demais obrigações acessórias ficam integralmente a cargo da locadora, desonerando a estrutura administrativa do TRE/MT.

3.8 Ademais, elimina-se a submissão aos prazos de atendimento de oficinas terceirizadas e à disponibilidade de peças no mercado, uma vez que veículos defeituosos ou avariados são prontamente substituídos pela contratada, garantindo a continuidade ininterrupta do serviço público eleitoral, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade administrativa previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 Sustentabilidade

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto (tais como a preferência por veículos flex ou bicombustíveis, que minimizam o uso de combustíveis mais poluentes, como o diesel), devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nos princípios do art. 5º, inciso VI, e art. 11, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

4.1.1.1 Priorização de veículos com tecnologia que permita o uso de combustíveis renováveis ou menos emissoras de poluentes (etanol ou gasolina), contribuindo para a redução de impactos ambientais e alinhando-se às diretrizes de eficiência energética e desenvolvimento sustentável na Administração Pública.

4.1.1.2 Adoção de práticas que promovam a economia circular, como a exigência de manutenção adequada e substituição eficiente de veículos, minimizando desperdícios e promovendo a responsabilidade ambiental do fornecedor.

#### 4.2 Indicação de Marcas ou Modelos

4.2.1 Na presente contratação, não será admitida a indicação específica de marcas, características ou modelos exclusivos, em observância ao princípio da isonomia e da competitividade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), sendo as especificações técnicas descritas de forma genérica e funcional nos Estudos Técnicos Preliminares, permitindo a participação de equivalentes que atendam às necessidades da Administração, conforme **Anexo II (item 3)**.

#### 4.3 Da Vedação de Utilização de Marca/Produto na Execução do Serviço

4.3.1 Diante da ausência de conclusões específicas em processo administrativo que justifiquem vedações, a Administração não imporá restrições a marcas ou produtos específicos, desde que atendam às especificações técnicas e aos critérios de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência.

#### 4.4 Da Exigência de Carta de Solidariedade

4.4.1 Em caso de licitante atuar como revendedor ou distribuidor de veículos, será exigida, do provisoriamente classificado em primeiro lugar, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, nos termos do edital e do art. 70 da Lei nº 14.133/2021.

#### 4.5 Subcontratação

4.5.1 A subcontratação será admitida somente com a prévia anuência deste Tribunal, até o limite de 30% do valor total do contrato, nos termos do art. 122, da Lei 14.133/2021, incluindo a contratação de veículos de terceiros ou serviços específicos, como manutenção e seguro total.

#### 4.6 Garantia da Contratação

4.6.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

4.6.2 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, com cobertura estendida conforme art. 99, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.6.3 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas, e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante endosso.

4.6.4 Caso o adjudicatário não apresente a apólice antes da assinatura ou opte por outra modalidade, deverá prestar garantia nas demais formas em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período.

4.6.5 A garantia assegurará o pagamento de prejuízos pelo não cumprimento do objeto, multas aplicadas e obrigações trabalhistas, previdenciárias e FGTS não adimplidas.

4.6.6 Em caso de alteração do valor ou prorrogação do contrato, a garantia deverá ser ajustada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

4.6.7 A liberação da garantia ocorrerá após a fiel execução do contrato, com atualização monetária se em dinheiro, e observância às regras da SUSEP para seguro-garantia.

#### 4.7 Vistoria

4.7.1 Haverá necessidade de realização de vistoria obrigatória no ato da entrega de cada veículo locado, a ser efetuada conjuntamente com o chefe de cartório da zona eleitoral correspondente ou servidor designado pelo TRE/MT, no ponto de disponibilização indicado pela Administração. Essa vistoria visa verificar as condições técnicas, de conservação, de segurança e conformidade do veículo com as especificações contratuais (ex.: estado geral, itens de segurança, limpeza, funcionamento de equipamentos e documentação obrigatória), garantindo a aptidão imediata para o uso eleitoral ou administrativo.

4.7.2 O procedimento de vistoria na entrega será de competência da contratada, detalhado no edital e no termo contratual, com registro em termo específico assinado pelas partes, acompanhado de fotografias ou checklist padronizado, servindo como comprovante de aceitação do veículo. Em caso de não conformidade detectada, o veículo será rejeitado, cabendo à contratada a substituição do veículo com a subtração das diárias respectivas em que o serviço não for prestado, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.7.3 A não apresentação de check list, a não realização ou recusa injustificada da vistoria pela contratada implicará aplicação das sanções previstas no edital e na lei, incluindo multa, possibilidade de rescisão contratual por inadimplemento e glosa dos valores relativos ao serviço não prestado.

#### 4.8 Instalação de Escritório Virtual

4.8.1 Considera-se imprescindível, para a adequada execução dos serviços contratados, que o fornecedor possua ou implemente estrutura administrativa mínima, preferencialmente por meio de escritório virtual ou plataforma digital equivalente, com disponibilidade de canais de atendimento remoto (tais como chamadas de vídeo ao vivo, telefone, e-mail e aplicativo de mensagens instantâneas), de modo a garantir agilidade na substituição de veículos, no atendimento a demandas operacionais, na fiscalização contratual e em qualquer outra necessidade superveniente que exija comunicação imediata e eficaz com a Administração.

4.8.2 Essa estrutura deverá permitir o contato direto com responsável técnico ou representante da contratada em horário comercial ampliado (no mínimo, das 7h às 22h, em dias úteis, e com plantão para emergências eleitorais), assegurando resposta célere (em até 30 minutos para demandas urgentes e 1 hora para as rotineiras), nos termos das justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar e em observância aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021).

4.8.3 A contratada deverá indicar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, um gerente responsável dedicado exclusivamente às demandas do presente contrato, com qualificação técnica compatível, que atuará como ponto de contato principal junto ao TRE/MT. Esse gerente deverá estar disponível para atendimento imediato, inclusive por meio de chamadas de vídeo ao vivo, para resolução de questões operacionais, substituição de veículos, esclarecimento de dúvidas fiscais e qualquer outra demanda relacionada à execução contratual, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

4.8.4 A indicação do gerente responsável deverá ser formalizada por documento escrito, contendo nome completo, CPF, currículo resumido comprovando experiência relevante, contatos telefônicos (fixo e celular), e-mail institucional e disponibilidade para plantão. Qualquer substituição posterior do gerente dependerá de prévia anuência da Administração, com apresentação de novo profissional de igual ou superior qualificação, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

4.8.5 A comprovação da existência ou implementação da estrutura administrativa mínima e da nomeação do gerente dedicado deverá ser apresentada pelo adjudicatário no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital, incluindo a possibilidade de rescisão por inadimplemento.

#### 4.9 Margem de Preferência

4.9.1 O objeto da contratação não se enquadra em margem de preferência normal ou adicional prevista em decretos ou resoluções específicas da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, aplicando-se o julgamento estritamente pelo menor preço ou maior desconto, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

#### 4.10 Da Obrigatoriedade de Fornecimento de Dispositivo Eletrônico de Pagamento de Pedágio (Tag) e Responsabilidade pelos Custos

4.10.1. A contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a contratante, para cada veículo locado, um dispositivo eletrônico de pagamento automático de pedágio (**tag de pedágio**) ativo e devidamente instalado, que possibilite a livre circulação do veículo em todas as rodovias do estado de Mato Grosso, sejam elas federais, estaduais ou municipais, concedidas ou administradas por órgãos públicos.

4.10.1.1. O dispositivo deverá ser compatível com o sistema de livre passagem (*free flow*) e com as praças de pedágio convencionais, garantindo a interoperabilidade em todas as concessionárias que operam no estado de Mato Grosso, sem necessidade de cadastro prévio por parte do contratante.

4.10.2. A contratada assumirá integralmente a responsabilidade pela gestão financeira e administrativa do dispositivo, incluindo, mas não se limitando a:

- a) **Ativação e manutenção:** Garantir que a tag esteja ativa e em perfeito funcionamento durante todo o período da locação;
- b) **Custeio total:** Arcar com todos os custos decorrentes da utilização das tags, tais como taxas de adesão, mensalidades, planos de gestão, débitos automáticos e o valor integral das tarifas de pedágio utilizadas pelos veículos;
- c) **Saldo e regularidade:** Manter a forma de pagamento (cadastro de cartão de crédito ou débito em conta) devidamente regularizada e com saldo ou limite suficiente para cobertura de todos os débitos de pedágio, sob pena de, em caso de bloqueio do dispositivo por inadimplência da contratada, serem aplicadas as sanções previstas no item 8 deste TR, caracterizando-se como falha na execução do serviço.

4.10.3. Fica vedada a transferência à contratante de qualquer cobrança relativa a multas por evasão de pedágio ("fuga de pedágio"), pendências financeiras, encargos moratórios ou qualquer outro débito decorrente da má gestão do dispositivo eletrônico por parte da contratada.

4.10.3.1. Na hipótese de o veículo ser parado em barreira fiscal ou sofrer qualquer tipo de impedimento em virtude de irregularidade no dispositivo de pagamento de pedágio (inadimplência, falta de instalação, desativação), a contratada deverá resolver a situação em no máximo 2 (duas) horas, contadas da notificação pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis pelo atraso ou impedimento do serviço.

4.10.4. Por ocasião da entrega do veículo, a contratada deverá comprovar ao Fiscal de Execução, por meio de documento ou declaração da empresa administradora da tag, que o dispositivo está ativo e vinculado ao respectivo veículo, bem como orientar o servidor responsável sobre o funcionamento básico e os canais de atendimento em caso de inconsistências.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Período de locação e disponibilidade dos veículos:

5.1.1 **Primeiro Turno das Eleições 2026:** de 30 de julho a 07 de outubro de 2026, atendendo à Sede do TRE-MT e aos Cartórios Eleitorais de Cuiabá e do interior do Estado.

5.1.2 **Segundo Turno das Eleições 2026 (se houver):** de 08 a 29 de outubro de 2026, atendendo à Sede do TRE-MT e aos Cartórios Eleitorais de Cuiabá e do interior do Estado.

5.1.3 A Contratada deverá disponibilizar os veículos locados nas respectivas zonas eleitorais destino, conforme anexo, **no intervalo das 07h30 às 13h30 do dia 30 de julho de 2026.**

5.1.4 Caso não haja segundo turno nas Eleições 2026, a retirada dos veículos deverá ocorrer **no dia 07 de outubro de 2026, das 07h30 às 13h30.**

5.1.5 Em havendo segundo turno, a retirada dos veículos pela Contratada deverá ocorrer **no dia 29 de outubro de 2026, das 07h30 às 13h30.**

5.1.6 O não recolhimento do veículo na data aprazada permitirá devolução em dia diverso, sem ônus para a Contratante.

5.1.7 A entrega e a retirada dos veículos nos locais e horários indicados serão de inteira responsabilidade da Contratada, sem ônus para o Tribunal.

5.1.8 O Tribunal não se responsabilizará nem pagará valores excedentes além das datas e horários previstos neste Termo de Referência, decorrentes de atraso da Contratada na retirada dos veículos.

5.1.9. O faturamento dos serviços observará a seguinte métrica:

a) Para períodos de 30 dias: Pagamento do valor integral da Locação Mensal.

b) Para períodos superiores a 30 dias ou frações (como os 69 dias previstos para o 1º turno): Pagamento de 01 (um) mês cheio + as diárias excedentes calculadas a *pro rata die* (Valor Mensal / 30 x número de dias excedentes).

### 5.2. Fiscalização e responsáveis

5.2.1 Os servidores na função de Chefe de Cartório (ou substituto legal) nas Zonas Eleitorais serão os Fiscais de Execução, responsáveis pelo recebimento, guarda, conservação e devolução dos veículos locados.

5.2.2 Como substituto em afastamentos ou impedimentos legais, será designado outro servidor do quadro permanente do Tribunal ou, na falta, aquele indicado pelo Juiz Eleitoral.

5.2.3 Para veículos entregues na Sede (Secretaria do TRE-MT), o responsável será o servidor ocupante da Chefia da Seção de Segurança e Transportes.

### 5.3. Condições de entrega e vistoria

5.3.1 Os veículos deverão ser entregues nos Cartórios Eleitorais e na Sede do TRE-MT nos respectivos endereços constantes no **ANEXO II (item 2)**. Na entrega, os veículos deverão estar revisados, limpos, abastecidos (tanque cheio) e em perfeitas condições de uso.

5.3.2 Caso contrário, poderão ser recusados pelos Chefes de Cartório, obrigando a Contratada a substituí-los (contando-se, para pagamento, a data de recebimento do veículo substituto).



5.3.3 No momento da entrega, e preferencialmente no formato digital, a Contratada deverá orientar o Fiscal de Execução sobre funcionamento e características do veículo, realizar vistoria e preencher o TERMO DE VISTORIA (checklist) em modelo da Contratada em 02 vias (uma deixada com o Fiscal).

5.3.4 O Termo de Entrega deverá conter quilometragem inicial e final, imagens do veículo no momento da entrega, data e horário de entrega e devolução, com carimbo/nome legível e assinatura do recebedor em ambas as ocasiões.

5.3.5 Cópias dos termos assinadas fisicamente ou digitalmente deverão ser juntadas em e-mail transporte@tre-mt.jus.br em até 02 dias após entrega e devolução.

5.3.6 Serão adotados os mesmos critérios de vistoria na entrega e devolução, desprezando-se raspagens, riscos e pequenos amassamentos no compartimento de carga ou porta-malas e o quantitativo de combustível existente no tanque.

5.3.7 Desprezar-se-ão também “piriricados” (arranhões pequenos, batidas de objetos, avarias < 5,0 cm) em para-choques, lataria e vidros, causados por pedras ou materiais em percursos.

#### 5.4. Documentação exigida

5.4.1 Em até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato, a Contratada deverá encaminhar à Seção de Segurança e Transportes cópias legíveis de CRLV de cada veículo (licenciamento atualizado) indicando município/Cartório de destino, observando-se os prazos estabelecidos no item 5.1.

5.4.2 Deverá encaminhar também apólice de Seguro Total ou Declaração de cobertura conforme TR.

5.4.3 A não apresentação ou insuficiência de documentação (informada pelos Fiscais) gerará glosa mensal no pagamento, via IMR - **ANEXO I**.

5.4.4 O prazo assinalado no subitem 5.4.1 poderá ser prorrogado a critério do Gestor/Fiscal do contrato, após a análise das justificativas encaminhadas pela contratada.

#### 5.5 Franquia de quilometragem e seguros

5.5.1 A franquia de quilometragem será LIVRE, sem cobrança além do valor mensal contratado.

5.5.2 Os veículos deverão estar segurados pelo valor de mercado (tabela FIPE) contra colisão, incêndio, roubo/furto, danos a terceiros de no mínimo R\$ 100.000,00 e deverão cobrir acidentes pessoais por passageiro (mín. R\$ 20.000,00 por passageiro) e vidros/faróis/lanternas /retrovisores (franquia máx. R\$ 340,00 para vidros e R\$ 120,00 para os demais).

5.5.3 Franquia máxima a ser paga pelo TRE-MT em caso de sinistro será de R\$ 5.000,00.

#### 5.6. Reembolso por avarias e sinistros

5.6.1 Reembolso de franquia de sinistro ou reparo só ocorrerá quando a responsabilidade recair sobre agentes do Tribunal (confirmada por BO, laudo ou declaração), limitada à franquia do TR, para avarias de autoria inexistente/desconhecida ou exclusiva do condutor da Contratante.

5.6.2 Reembolso exigirá checklist de devolução assinado, 03 orçamentos prévios + notas fiscais, BO/laudo da autoridade de trânsito com circunscrição da via (se sinistro).

5.6.3 Pedido deverá ser protocolado após 31 de outubro de 2026, uma única vez, por lote, em até 30 dias corridos (sob pena de preclusão).

#### 5.7 Manutenção e substituição de veículos

5.7.1 Em caso de avaria, o Fiscal deverá comunicar imediatamente à Contratada, por meio digital (e-mail, WhatsApp) que deverá providenciar os reparos sob sua responsabilidade e ônus, em até 5 (cinco) horas após o recebimento da notificação.

5.7.2 A Contratada deverá realizar, sem ônus ao Tribunal, **a substituição de veículos** que demandem manutenção preventiva/corretiva que ultrapassem 5 (cinco) horas. Em nenhum caso ficará o contratante responsável por eventuais demandas logísticas relativas a manutenção veicular.

5.7.2.1. Em caso de substituição temporária ou definitiva, serão adotados os mesmos critérios de vistoria na entrega e devolução.

5.7.3 Em caso de impossibilidade de movimentação do veículo, a contratada realizará o custeio relativo ao reboque/transporte.

5.7.4 A substituição definitiva por veículo similar ou superior ocorrerá no caso de avaria ou sinistro que demandem mais de 5 (cinco) dias para conserto.

## 5.8 Infrações de trânsito

5.8.1 Caso haja notificação de infrações de trânsito referentes aos veículos locados — no período em que o veículo estiver sob a responsabilidade deste Regional — a Contratada deverá encaminhá-las no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da sua ciência ao respectivo Cartório Eleitoral onde o veículo está lotado — na pessoa do Fiscal de Execução (Chefe de Cartório) —, visando tempo hábil para a identificação do condutor e interposição de recurso, caso conveniente. Caso seja veículo lotado na Sede do Tribunal, as notificações deverão ser direcionadas à Chefia da Seção de Segurança e Transportes.

5.8.2 Em caso de não interposição ou indeferimento do recurso, o condutor identificado será o responsável pelo pagamento da multa de trânsito e pela pontuação decorrente na sua CNH, nos termos do art. 257, § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro. O pagamento poderá ser efetuado diretamente ao órgão de trânsito autuador (por meio do boleto da notificação de penalidade) ou, alternativamente, à Contratada (que, após quitar a multa ao órgão, repassará o comprovante de pagamento ao condutor, conforme cláusula contratual de responsabilidade do locatário pelas infrações cometidas durante o período de locação).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 6.1. Execução fiel

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e a legislação vigente aplicável à locação de veículos. Cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### 6.2 Prorrogação do cronograma

6.2.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente. Tais circunstâncias serão anotadas mediante simples apostila.

### 6.3 Comunicações

6.3.1 As comunicações entre o Tribunal e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade. Admite-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail institucional ou WhatsApp) para esse fim.

### 6.4 Convocação para providências imediatas

6.4.1 O Tribunal poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, tais como substituição de veículo avariado, correção de irregularidades na documentação ou atendimento a demandas urgentes relacionadas à execução do objeto.

### 6.5 Reunião inicial e plano de fiscalização

6.5.1 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Tribunal poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial. Nessa reunião, apresentar-se-á o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização (incluindo os Fiscais de Execução designados nos Cartórios e na Sede), das estratégias para execução do objeto (entrega, manutenção e retirada dos veículos), do método de aferição dos resultados (vistorias, termos de entrega/devolução e relatórios no SEI) e das sanções aplicáveis, dentre outros aspectos relevantes à locação de veículos.

### 6.6 Preposto da Contratada

6.6.1 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa antes do início da prestação dos serviços (entrega dos veículos). O instrumento de designação indicará os poderes e deveres do preposto em relação à execução do objeto, incluindo o atendimento a chamadas para manutenção, substituição de veículos e resolução de ocorrências durante o período de locação.

6.6.2 A Contratada não necessitará manter preposto presencial no local de execução do objeto durante todo o período de locação. No entanto, deverá garantir a disponibilidade de representante para atendimento imediato, por meios eletrônicos ou telefônicos, em casos de avarias, sinistros ou outras demandas urgentes.

6.6.3 O Tribunal poderá recusar, mediante justificativa fundamentada, a indicação ou a manutenção do preposto. Nesse caso, a Contratada designará outro representante para o exercício da atividade, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

### 6.7 Fiscalização do Contrato

6.7.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato designado(s), conforme detalhado no item 5 deste Termo de Referência (Chefes de Cartório ou substitutos nas Zonas Eleitorais, e Chefe da Seção de Segurança e Transportes na Sede), ou pelos respectivos substitutos.

6.7.2 Os Fiscais de Execução acompanharão a execução do contrato para assegurar o cumprimento de todas as condições estabelecidas, tais como condições de entrega, manutenção, seguros, substituição de veículos e retirada ao final do período, de modo a garantir os melhores resultados para a Administração.

6.7.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por irregularidades na execução, nem implica corresponsabilidade do Tribunal ou de seus agentes.

## 6.8 Inaplicabilidade de rotinas trabalhistas

6.8.1 As disposições aqui previstas adaptam-se às peculiaridades da locação de veículos sem dedicação exclusiva de mão de obra. Não se aplicam as rotinas de fiscalização trabalhista, compensação de jornada, programação de férias ou obrigações sociais referentes a empregados alocados (itens relacionados ao Decreto nº 12.174/2024 e IN SEGES/MGI nº 213/2025). A fiscalização concentrar-se-á nos aspectos técnicos, operacionais e documentais da frota locada, conforme os itens 5.3 a 5.8 deste Termo de Referência.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo anexo ao contrato (**ANEXO I**), visando assegurar elevados níveis de qualidade na prestação dos serviços de locação de veículos e respectivas adequações de pagamento.

7.2 Antes da emissão da nota fiscal, a Contratante fará a apuração de possíveis glosas, consubstanciadas no IMR, em razão de irregularidades verificadas na execução do objeto.

7.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3.1 não produziu os resultados acordados (ex.: não entregou veículos nas condições exigidas ou não realizou substituição tempestiva);

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas (ex.: veículos entregues sujos, sem revisão, sem tanque cheio ou com avarias não desprezadas); ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada (ex.: veículos não segurados conforme especificado ou sem documentação atualizada).

7.4 O valor do pagamento mensal dos serviços será calculado como sendo o valor da fatura mensal de acordo com os serviços executados (valor mensal contratado), subtraídas as somas de glosas e multas computadas e aplicáveis no período correspondente.

7.4.1 Fórmula:  $VPM = SSE - TGM$

Onde:

- VPM = Valor a Ser Pago no Mês
- SSE = Soma dos Serviços Executados no mês (diárias efetivamente utilizadas)
- TGM = Total de Glosas e Multas no Mês

7.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente pelos Fiscais de Execução designados (Chefes de Cartório ou substitutos nas Zonas Eleitorais e Chefe da Seção de Segurança e Transportes na Sede), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências técnicas e administrativas previstas no item 5 deste Termo de Referência.

7.6 O recebimento provisório ocorrerá ao final do período de locação (com ou sem segundo turno), com base nos Termos de Entrega e Devolução devidamente preenchidos, vistoriados e juntados ao SEI específico.

7.7 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo Fiscal competente na nota fiscal apresentada, confirmando a regular execução do objeto no período faturado.

7.8 Para fazer jus ao recebimento, a Contratada deverá apresentar ao TRE-MT:

7.8.1 Nota fiscal/fatura devidamente preenchida, sem rasuras, contendo:

7.8.1.1 Data de emissão;

7.8.1.2 CNPJ do TRE-MT: 05.901.308/0001-21;

7.8.1.3 Quantidade e especificação dos serviços (mensalidade por veículo/lote);

7.8.1.4 Valor unitário e total conforme nota de empenho;

7.8.1.5 Número da conta bancária, nome do banco e agência.

7.8.2 Declaração (conforme modelo da IN/SRF) de que não está sujeita à retenção do art. 64 da Lei nº 9.430/1996, se aplicável.

7.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa (ex.: obrigação financeira pendente, penalidade ou inadimplência), o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. O prazo para pagamento reiniciará após a regularização, sem ônus à Contratante.

7.10 Antes do pagamento, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal.

7.11 Constatando-se irregularidade, a Contratada será notificada por escrito para regularizar imediatamente (prorrogáveis uma vez por igual período). Persistindo a irregularidade, o Contratante comunicará os órgãos fiscalizadores e, se necessário, adotará medidas para rescisão, assegurada a ampla defesa.

7.12 Havendo efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até decisão final sobre rescisão.

7.13 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da nota fiscal devidamente atestada.

7.14 Para despesas de pequeno valor (até o limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021), o prazo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17 A Contratada optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção quanto aos impostos abrangidos pelo regime, condicionada à apresentação de declaração comprobatória.

7.18 Em caso de atraso imputável exclusivamente à Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente desde o vencimento até o efetivo pagamento, com juros de mora de 0,5% ao mês (ou 6% ao ano), conforme fórmulas:

$$7.18.1 \quad I = (TX/100) / 365$$

$$7.18.2 \quad EM = I \times N \times VP$$

Onde:

- I = Índice de atualização
- TX = Taxa anual de juros de mora
- EM = Encargos moratórios
- N = Número de dias de atraso
- VP = Valor da parcela em atraso

7.19 Por se tratar de locação de veículos sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem etapas físico-financeiras, não se aplicam as disposições relativas a:

7.19.1 empreitada por preço global/integral, tarefa, integrada ou semi-integrada;

7.19.2 conta-depósito vinculada;

7.19.3 pagamento pelo fato gerador;

7.19.4 repactuação/reajuste/revisão por mão de obra ou insumos;

7.19.5 antecipação de pagamento;

7.19.6 cessão de crédito específica;

7.19.7 reoneração da folha.

7.20 A fiscalização e o pagamento basear-se-ão exclusivamente na efetiva utilização mensal respectiva, na qualidade da execução (conforme IMR) e na regularidade documental e fiscal da Contratada.

## Reajuste

7.21 Os preços pactuados são fixos e irrevogáveis pelo período de vigência do contrato, tendo em vista que o prazo de execução e o interregno entre a data da apresentação da proposta e o término do contrato é inferior a 1 ano (12 meses), em observância ao disposto na Lei nº 10.192/2001 e no Art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

7.22 Na hipótese excepcional de prorrogação contratual que venha a ultrapassar o interregno de 1 ano, contado da data da apresentação da proposta (ou da data do orçamento a que a proposta se referir), os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para o período excedente.

7.23 A fixidez dos preços prevista no item 7.21 não impede a eventual revisão dos valores para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que demonstrada a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, nos termos do Art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### 8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

8.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

8.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

8.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### 8.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “8.1.2”, “8.1.3” e “8.1.4”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “8.1.5”, “8.1.6”, “8.1.7” e “8.1.8”, bem como nas alíneas “8.1.2”, “8.1.3” e “8.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

Nos termos da Portaria TRE-MT nº 83/2025, que dispõe sobre o procedimento para apuração e aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados(as) por infrações cometidas em processos licitatórios ou contratações, as possíveis sanções aplicadas seguirão as seguintes especificações:

8.2.4.1 A sanção de multa, por mora ou compensatória será aplicada, conforme os critérios definidos no edital da licitação e/ou contrato, ao responsável pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no art. 2º desta Portaria e no art. 155 da Lei nº. 14.133 /2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

8.2.4.2 A multa de mora será imposta à Contratado(a) que entregar o objeto ou executar o serviço com atraso em relação ao prazo fixado no edital e/ou contrato, exceto quando o atraso comprovadamente derivar de caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da Administração.

8.2.4.2.1 O percentual de 0,5% (meio por cento) da multa de mora será aplicado por dia de atraso, tendo por base o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no edital e/ou contrato, até o limite máximo de 10% de multa moratória.

8.2.4.2.2 Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido, o(a) gestor(a) do contrato deverá comunicar à Diretoria-Geral, motivadamente, se persiste o interesse na contratação.

8.2.4.2.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a rescisão unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

8.2.4.3 A multa compensatória será aplicada em razão da inexecução parcial ou total do objeto contratado e poderá ensejar a extinção do contrato nos termos do art. 137 da Lei nº. 14.133/2021.

8.2.4.3.1 No caso de inexecução parcial do objeto, quando houver interesse na continuidade da contratação, a multa compensatória será de até 10% sobre o valor da parcela não cumprida.

8.2.4.3.2 A inexecução parcial ou total do objeto, quando não houver interesse na continuidade da contratação, implicará a aplicação de multa compensatória de 20% a 30% sobre o valor da parcela não cumprida.

8.2.4.3.3 Na hipótese de que trata os §§1º e 2º deste artigo, a definição do percentual dependerá da natureza do objeto e do seu impacto na atuação finalística e no funcionamento do Tribunal, conforme parâmetros definidos no edital ou no contrato.

8.2.4.3.4 Caberá à fiscalização prestar informação a respeito do impacto, prejuízo e riscos decorrentes do descumprimento contratual.

8.2.4.4 A Coordenadoria Orçamentária e Financeira, por precaução, está autorizada a efetuar a retenção do valor presumido da multa dos pagamentos, concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado ao(à) Contratado(a) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.2.4.4.1 O valor de multa retido cautelarmente será liberado à Contratado(a) no prazo máximo de dez dias úteis, após o provimento do recurso ou da reconsideração da decisão que aplicou a sanção.

8.2.4.4.2 Caberá ao Fiscal ou Gestor do Contrato informar expressamente no formulário de liquidação de despesa o valor a ser retido, cujos cálculos serão ratificados pela Seção de Contabilidade/COF.

8.2.4.5 O valor da multa aplicada, observada a seguinte ordem, será:

I - retido dos pagamentos devidos pelo TRE-MT;

II - pago por meio de guia de recolhimento da União - GRU;

III - descontado do valor da garantia prestada;

IV - cobrado judicialmente.

8.2.4.6 O(a) Diretor(a)-Geral poderá dispensar o procedimento de apuração de que trata esta Portaria e a cobrança administrativa de multa de valor irrisório, assim entendido aquele cujo montante corresponda a até 2% do valor disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, devidamente atualizado na data da abertura do procedimento de sanção.

8.2.4.6.1 No caso de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a apuração de eventual sanção será avaliada nos termos do item 8.2.4.6.4 abaixo.

8.2.4.6.2 O controle das ocorrências que possam caracterizar a reincidência será efetuado pela fiscalização contratual com a juntada da declaração que não houve isenção anterior de dispensa do procedimento de apuração.

8.2.4.6.3 Ao encaminhar o formulário de liquidação de despesa juntamente com o documento fiscal para pagamento, a fiscalização deverá registrar no processo o enquadramento da isenção prevista no caput deste artigo, de modo a evidenciar a dispensa da retenção cautelar.

8.2.4.6.4 O Fiscal e/ou Gestor deverá impulsionar, independente de retenção, o processo de sanção à Diretoria-Geral para fins de decisão da eventual dispensa do procedimento de apuração.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.5.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.5.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.6 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.6.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.6.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.6.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.6.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.6.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.9.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11 Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

**9.1 A presente licitação destina-se à contratação direta de serviços de locação de veículos, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

9.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

**9.3 O critério de aceitabilidade de preços considerará o valor mensal de locação como teto principal. O licitante deverá apresentar proposta onde o valor da diária pro rata (Mensal / 30) seja obrigatoriamente inferior ao valor da diária avulsa, sob pena de desclassificação por falta de economicidade.**

9.4. No preço proposto, deverão estar inclusas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços: salários, seguros, impostos, fretes, taxas, contribuições, vale-transporte, vale-refeição, diárias de pernoite, fornecimento de uniforme, e outros benefícios e encargos exigidos por lei.

9.5 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da empresa proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.6 Em sua proposta de preços, a empresa licitante deverá especificar o tipo de veículo a ser utilizado e o preço unitário mensal da locação, de acordo com o **Anexo III - Modelo de Proposta**, deste Termo de Referência.

9.7 No valor apresentado pela empresa a ser contratada haverá declaração expressa de estarem inclusas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços, conforme descrição do item 9.4.

9.8 Deverá ser apresentada proposta de preços com valores em moeda corrente nacional, não reajustável. Serão considerados, quanto à fração correspondente aos centavos, apenas os numerais correspondentes às duas primeiras casas decimais que se seguirem à vírgula sem qualquer tipo de arredondamento.

## Habilitação jurídica

**9.9 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**9.10 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.11 Filial, sucursal:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**9.12 Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.13** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

**9.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;**

**9.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;**

**9.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;**

**9.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**

**9.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.**

## Qualificação econômico-financeira

**9.19** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

**9.20** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**9.21** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante



LC = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante

9.22 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.23 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.24 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação técnica

9.27 Para fins de qualificação técnico-operacional, o interessado deverá comprovar aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

9.28 Os atestados deverão comprovar a prestação de serviços de locação de veículos com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total de diárias (mensal / 30) exigidas nesta licitação.

9.29 Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação do quantitativo mínimo, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos contratos.

9.30 A critério do pregoeiro, deverão ser disponibilizadas todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

9.31 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se o contrato houver sido firmado para vigorar por prazo inferior, hipótese em que será aceito atestado emitido após o cumprimento integral do prazo contratual.

9.32 A critério da Contratante, poderá ser realizada diligência para verificação da veracidade e legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante.

9.33 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente da licitante.

9.34 Não serão exigidos requisitos de **qualificação técnico-profissional**, por se tratar de objeto de complexidade tecnológica comum, nos termos do art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35 Todos os documentos de habilitação deverão ser apresentados preferencialmente por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), níveis correspondentes, ou complementados por documentos válidos, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.36 Se o fornecedor for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz.

9.37 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferente do da licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 2.565.160,17** (Dois milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta reais, dezessete centavos), correspondente à soma dos seguintes valores estimados por lote, em conformidade com a **Pesquisa de Preços nº 011/2026, elaborada pela SGC/CONMAT-TRE/MT.**

			Valor Unitário		
--	--	--	----------------	--	--

LOTE	Tipo de Veículo	Quantidade de Veículos	Mensal (R\$)	Nº de Meses	Valor Total (R\$)
1	Caminhonete Média Diesel 4x4 Cabine dupla	30	R\$ 18.812,23	3	R\$ 1.693.100,70
2	Caminhonete Pequena Cabine Dupla Flex	07	R\$ 10.000,41	3	R\$ 210.008,61
3	SUV Médio Compacto Flex	23	R\$ 9.594,94	3	R\$ 662.050,86
TOTAL					R\$ 2.565.160,17

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- v) . Plano interno: [...].

11.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 Obrigações da Contratada

- 12.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, disponibilizando os veículos e, quando necessário, os condutores por ela alocados, além de fornecer e utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 12.1.2. Retirar a correspondente nota de empenho, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após notificação pela seção competente, caso a empresa a ser contratada seja desta capital ou possua representante legal na mesma.
- 12.1.3. Encaminhar a correspondente nota de empenho devidamente datada e recibada, por pessoa legalmente habilitada, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, após notificação pela seção competente.
- 12.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência, sem a prévia anuência deste Tribunal, conforme vedação expressa do item 4.5.
- 12.1.5. Prestar os esclarecimentos e as orientações que forem solicitados por este Tribunal.
- 12.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a bens e/ou instalações deste Tribunal ou de terceiros, independentemente de culpa ou dolo dos profissionais ou prepostos destacados para executar os serviços, respondendo civil e penalmente por tais atos.
- 12.1.7. Os salários e encargos trabalhistas, previdenciários e sociais relativos aos funcionários envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência serão de inteira responsabilidade da Contratada, excluída qualquer solidariedade da Contratante.

12.1.8. Disponibilizar os veículos em perfeitas e adequadas condições de uso, fornecendo todos os insumos necessários ao seu funcionamento (exceto combustível, que correrá por conta da Contratante, conforme item 5.3.1), bem como realizar todas as inspeções, revisões e manutenções preventivas e corretivas necessárias à sua operação.

12.1.9. Obedecer rigorosamente às normas do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997), bem como as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e demais regulamentações em vigor.

12.1.10. Possuir pessoal capacitado, colocando à disposição deste Tribunal funcionários treinados e em número suficiente para atender com eficiência ao objeto deste Termo de Referência, apresentando, sempre que solicitado pelo Tribunal, os seguintes documentos quando exigíveis para a função:

12.1.10.1. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria do veículo, quando o serviço exigir condutor fornecido pela contratada;

12.1.10.2. Certificados de capacitação técnica, quando aplicável.

12.1.11. Equipar os veículos com todos os itens de segurança e documentação exigidos pela legislação de trânsito e comprovar que possui todos os itens relativos à cobertura securitária exigida no item 5.5.2, incluindo seguro total contra colisão, incêndio, roubo/furto, danos a terceiros (mínimo R\$ 100.000,00), acidentes pessoais por passageiro (mínimo R\$ 20.000,00) e cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores.

12.1.12. Entregar a relação contendo a marca, o modelo e o ano dos veículos a serem utilizados, cuja situação de regularidade (ausência de restrições, licenciamento, etc.) poderá ser consultada junto aos órgãos competentes, podendo, somente com autorização do Contratante, ser substituída por outro veículo, de características similares ou superiores, em situação regular.

12.1.12.1. Em caso de avaria, sinistro ou manutenção não programada do veículo principal, a Contratada deverá disponibilizar veículo substituto de categoria igual ou superior, observados os seguintes prazos, contados da comunicação formal pela fiscalização (item 5.7.), em até 05 (cinco) horas.

12.1.12.2. Não haverá ônus para o Contratante em caso de indisponibilidade do veículo por motivos de manutenção programada não comunicada previamente ou por falha mecânica não sanada tempestivamente, aplicando-se as glosas do IMR.

12.1.12.3. O cancelamento ou não utilização do veículo pelo Contratante deverá ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de pagamento da diária correspondente, salvo em caso de força maior ou fato do príncipe.

12.1.13. Providenciar a identificação de todos os funcionários da empresa que atuarem na entrega, retirada ou suporte aos veículos, mediante utilização de crachás em local de fácil visualização, declinando nome e função, sempre que houver contato presencial com a fiscalização.

12.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer danos oriundos de dolo, imprudência, negligência ou imperícia causados aos bens de propriedade deste Tribunal, quando ocasionados por seus empregados ou prepostos durante a execução dos serviços.

12.1.15. Responder perante terceiros, excluída qualquer responsabilidade deste Tribunal, por atos praticados pelos seus funcionários ou prepostos, quando estiverem prestando os serviços contratados e que venham a causar danos ou riscos à vida, à saúde, à integridade física e moral de terceiros ou ao patrimônio destes, ocasionados por dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas.

12.1.16. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação trabalhista em vigor, bem como a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços aqui discriminados ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências deste Tribunal ou seus anexos.

12.1.17. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias à prestação dos serviços ou dela decorrentes a qualquer título, inclusive por todos os encargos trabalhistas, fiscais e sociais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Termo de Referência.

12.1.18. Indicar funcionário ou preposto encarregado da gestão dos serviços a serem executados (gerente responsável), com disponibilidade para atendimento entre 7h00 e 22h00, inclusive aos sábados, domingos e feriados, fornecendo os números de telefone fixo, de celular e e-mail, objetivando agilizar as solicitações normais e emergenciais relativas aos veículos, conforme item 4.8.3.

12.1.19. Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88 e em conformidade com a Lei nº 12.187/2009, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e, no que couber, com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010.

12.1.20. Fornecer cópia da apólice de seguro prevista no item 5.5.2, preferencialmente por meio digital, quando esta não for assinada digitalmente ou não puder ser verificada eletronicamente.

12.1.20.1. Caso o valor de prejuízos decorrentes de sinistro seja superior à garantia do seguro contratado, a indenização da diferença será efetuada mediante o devido processo de apuração de Responsabilidade Civil das partes, observado o limite de franquia do item 5.5.3.

12.1.21. Não transportar passageiros e/ou carga estranhos ao serviço da Justiça Eleitoral, sendo vedada a utilização dos veículos para fins particulares ou comerciais, haja vista tratar-se de contratação para uso exclusivo da Administração Pública.

12.1.22. A utilização de veículos em desacordo com as especificações contratuais, com documentação irregular, ou em condições inseguras constitui infração contratual grave, sujeita às sanções previstas no ITEM 8.

12.1.23. Garantir a pontualidade na entrega e disponibilidade dos veículos, considerando os prazos estabelecidos no item 5.1.3 para a entrega inicial e no item 5.7.4 para substituições, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato e das glosas do IMR (ANEXO I).

12.1.24. Tratar todos os dados pessoais dos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral que venham a ter acesso (tais como nomes, CPFs, CNHs) em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), utilizando-os estritamente para a finalidade de execução do contrato (identificação de condutores para fins de infrações, cadastro em sistemas de pedágio, etc.), sob pena de responsabilização.

12.1.25. Fornecer, instalar e manter ativo, em cada veículo locado, dispositivo eletrônico de pagamento automático de pedágio (tag) interoperável em todas as rodovias do Estado de Mato Grosso, arcando integralmente com todos os custos de ativação, mensalidades, planos de gestão e valores de pedágio utilizados, conforme item 4.10.

12.1.26. Comprovar, por ocasião da entrega do veículo, que o dispositivo eletrônico de pedágio (tag) está ativo e vinculado ao respectivo veículo, mediante apresentação de declaração da empresa administradora da tag ou comprovante de cadastro, conforme item 4.10.4.

## **12.2 Obrigações da Contratante**

12.2.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

12.2.2. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas neste Termo de Referência e no contrato, observadas as glosas do IMR (ANEXO I) e as sanções aplicadas.

12.2.3. Propiciar à Contratada as facilidades necessárias, dentro de suas possibilidades, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados, especialmente no que tange ao acesso aos locais de entrega e retirada dos veículos.

12.2.4. Não exigir dos empregados ou prepostos da Contratada serviços estranhos às atividades específicas do contrato, sob pena de arcar com as consequências que advirem a si, à Contratada e a terceiros.

12.2.5. Fornecer à Contratada todas as informações relacionadas com o objeto deste Termo de Referência necessárias à boa execução contratual.

12.2.6. Notificar, por escrito, inclusive por meio de mensagem eletrônica (e-mail, WhatsApp corporativo, SEI), à Contratada toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, fixando prazo para correção, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

12.2.7. Designar formalmente os servidores que atuarão como Fiscais do Contrato (Fiscal Central e Fiscais Locais), conforme item 5.2, publicando suas designações no boletim interno e comunicando à Contratada os respectivos contatos.

12.2.8. Disponibilizar servidor responsável para, em conjunto com a Contratada, realizar a vistoria obrigatória no ato da entrega e da devolução dos veículos, conforme item 5.3.

12.2.9. Responsabilizar-se, nos limites do item 5.5.3, pelo pagamento da franquia do seguro em caso de sinistro cuja responsabilidade seja comprovadamente atribuída a agente da Contratante, mediante processo de reembolso a ser instaurado após a devolução do veículo, conforme item 5.6.

12.2.10. Comunicar imediatamente à Contratada a ocorrência de qualquer sinistro, avaria ou infração de trânsito envolvendo veículo locado, fornecendo os documentos necessários (boletim de ocorrência, identificação do condutor, etc.) para as providências cabíveis.

12.2.11. Utilizar os veículos locados exclusivamente para as finalidades previstas neste Termo de Referência, observando as normas de trânsito e as orientações do manual do proprietário.

12.2.12. Devolver os veículos à Contratada nas datas e locais indicados nos itens 5.1.4 e 5.1.5, com o tanque cheio, nas mesmas condições em que foram recebidos, ressalvadas as avarias desprezadas no item 5.3.6 (desgaste natural pelo uso).

## **Informações Adicionais**

### **Cláusulas Abusivas**

12.3 A Equipe de Planejamento certifica, para os devidos fins, especialmente em atendimento ao art. 9º, da Lei nº 14.133/2021, que as especificações técnicas previstas no Termo de Referência não contém cláusulas excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou sua realização.

### **Alinhamento Estratégico**

12.4 O objeto da contratação foi previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2025, estando alinhado com o Plano de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

Lei de Acesso à Informação

12.5. Não houve necessidade de classificar as informações contidas neste Termo de Referência como ultrassecretas, secretas ou reservadas, nos termos do art. 24 da Lei nº 12.527/2011.

Utilização Sistema TR Digital

12.6 Certificamos que o presente Termo de Referência foi preparado no Sistema TR Digital elaborado pela Advocacia Geral da União, incluído no Sistema Compras.gov.br, observados os procedimentos/modelos estabelecidos.

13. ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

A **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso**, CNPJ nº **05.901.308/0001-21**, com sede na Avenida Hist. Rubens de Mendonça, nº 4750, Centro Político Administrativo, nesta Capital, representada neste ato por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, em seqüência denominada simplesmente **Contratante**; e a pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Município de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX e da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXXXXXX, daqui por diante denominada simplesmente **Contratada**, firmam o presente **Instrumento de Medição de Resultado**, como anexo ao contrato de Locação de Veículos para a Justiça Eleitoral de MT.

1. OBJETIVO E FUNDAMENTO LEGAL

- 1.1. Este Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelece os mecanismos objetivos para aferição da qualidade dos serviços de locação de veículos objeto da presente contratação, conforme disposto no art. 40, §4º da Lei nº 14.133/2021 e no item 7 do Termo de Referência.
- 1.2. O IMR não substitui as sanções administrativas previstas no ITEM 8 do Termo de Referência, mas atua como ferramenta de gestão contratual para adequar o pagamento à efetiva qualidade do serviço prestado.
- 1.3. A aplicação das glosas previstas neste instrumento independe da aplicação de multas, podendo ambas incidir sobre o mesmo evento, quando couber.
- 1.4. Este instrumento vincula a contratada e a contratante, devendo ser rigorosamente observado por ocasião da liquidação da despesa e do pagamento.

2. GLOSSÁRIO (PARÂMETROS DE CÁLCULO)

Termo	Definição
VM (Valor Mensal)	Valor da locação mensal (30 dias) do veículo, adjudicado no pregão, constante da proposta da contratada.
VD (Valor da Diária)	Valor unitário da diária do veículo equivalente a VM / 30.
HUT (Hora Útil de Trabalho)	Período compreendido entre 07h30 e 18h30, em dias úteis, considerado para fins de contagem de prazos de atendimento.
Tempo de Resolução	Prazo máximo para a contratada solucionar o problema, contado da notificação formal (e-mail, WhatsApp corporativo, SEI ou telefone com registro) pelo fiscal.
Evento	Cada ocorrência individualizada de não conformidade, passível de glosa.

3. MATRIZ DE INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇO

A tabela abaixo define os eventos não conformes, os parâmetros de medição e o impacto financeiro (glosa) correspondente, organizados por nível de gravidade.

## NÍVEL 1 - CRÍTICO

(Eventos que afetam diretamente a continuidade do serviço público ou expõem a Administração a risco elevado)

Evento (Não Conformidade)	Descrição / Gatilho	Instrumento de Verificação	Faixa de Glosa (POR OCORRÊNCIA)	Base Legal no TR
Indisponibilidade do veículo sem substituição tempestiva	Veículo não entregue na data base (30/07/2026) ou não substituído nos prazos do item 5.7.4.	Comunicação do Fiscal por e-mail; Termo de Vistoria; registro fotográfico.	<b>Glosa de 100% do VD por dia de atraso</b> , contado até a efetiva entrega do veículo substituto.	Item 5.7
Tag de pedágio inoperante ou inexistente	Veículo entregue sem tag; tag bloqueada por inadimplência da contratada; veículo barrado em praça de pedágio; tag incompatível com as concessionárias do Estado de MT.	Registro do condutor; notificação da concessionária; termo de vistoria.	<b>Glosa de 100% do VD por evento</b> (limitado ao período até a regularização) + reembolso de eventuais multas de evasão pagas pelo condutor, em dobro, a ser compensado na fatura seguinte.	Item 4.10
Falta de cobertura de seguro	Acidente ou sinistro ocorrido sem que o veículo possua a cobertura securitária exigida no item 5.5.2, obrigando o TRE a arcar com custos de reparação, franquia ou indenização.	Boletim de Ocorrência; apólice vencida ou inexistente; comunicação da seguradora negando cobertura.	<b>Glosa de 3 x VM</b> do veículo sinistrado + responsabilização integral da contratada por perdas e danos, apurados em processo administrativo próprio.	Item 5.5.2 e 5.5.3
Veículo em condições inseguras	Entrega de veículo com problemas mecânicos graves (freios, suspensão, pneus, iluminação) que coloquem em risco a integridade dos ocupantes ou de terceiros.	Termo de vistoria; laudo da fiscalização; registro fotográfico.	<b>Glosa de 100% do VD, por dia</b> , até a substituição, + comunicação imediata à autoridade de trânsito, se cabível.	Item 5.3.1

## NÍVEL 2 - GRAVE

(Eventos que comprometem a operação, geram transtorno significativo, mas não interrompem totalmente o serviço)

Evento (Não Conformidade)	Descrição / Gatilho	Instrumento de Verificação	Faixa de Glosa (POR OCORRÊNCIA)	Base Legal no TR
Veículo entregue em desacordo com as condições contratuais	Veículo sujo, sem tanque cheio, sem a revisão obrigatória, ou com avarias não permitidas (item 5.3.6 - raspagens, riscos, pequenos amassamentos, "pirricados").	Termo de Vistoria (checklist) assinado, com registro fotográfico.	<b>Glosa de 100% do VD, por dia</b> , (a diária do dia da entrega só será paga quando o veículo estiver em conformidade, contando-se o aceite a partir da regularização).	Item 5.3.1 / 5.3.2 / 5.3.6
	Contratada não encaminha a notificação da infração ao Cartório /Seção de Segurança e Transportes	E-mail não enviado ou enviado fora do	<b>Glosa de R\$ 300,00 por notificação não encaminhada ou encaminhada fora do prazo, +</b>	Item 5.8.1

Atraso na comunicação de infração de trânsito	no prazo de 24 horas (item 5.8.1), inviabilizando a identificação do condutor ou a interposição de recurso.	prazo; comprovante de envio.	responsabilização por eventual preclusão do direito de defesa, a ser apurada.	
Descumprimento do prazo para atendimento de demandas não urgentes	Excesso do prazo de 1 hora para atendimento de demandas rotineiras (conforme item 4.8.2 - resposta a e-mails, esclarecimentos).	Registro da solicitação; resposta da contratada; timestamp.	<b>Glosa de R\$ 100,00 por hora excedente ou fração</b> , limitado a 50% do VD.	Item 4.8.2
Veículo com documentação obrigatória irregular	CRLV vencido ou não apresentado no prazo de 15 dias (item 5.4.1); veículo apreendido por documentação; falta da apólice de seguro.	Notificação do fiscal; comprovante de apreensão; ausência de documento no SEI.	<b>Glosa de 100% do VD, por dia</b> , até a regularização + ressarcimento de custos de remoção, multas e guarda, se houver.	Item 5.4.1 / 5.4.2
Descumprimento do prazo para apresentação da garantia	Não apresentação da garantia contratual no prazo de 10 dias úteis (item 4.6.2).	Comunicação do fiscal; ausência de comprovação.	<b>Glosa de 0,07% do valor do contrato por dia de atraso</b> , conforme item 8.2.4.2 do TR, até a apresentação, <b>limitando-se a 2,0%</b> .	Item 4.6.2 / 8.2.4.2

NÍVEL 3 - MÉDIO

(Falhas administrativas, documentais ou de pequeno impacto operacional)

Evento (Não Conformidade)	Descrição / Gatilho	Instrumento de Verificação	Faixa de Glosa (POR OCORRÊNCIA)	Base Legal no TR
Atraso na apresentação de documentos pós-contrato	Não envio do CRLV, da apólice de seguro, do comprovante de ativação da tag ou do contrato de sublocação (se houver) no prazo de 15 dias (item 5.4.1).	Comunicação do fiscal por e-mail; ausência de documento no processo.	<b>Glosa de R\$ 200,00 por documento/veículo não apresentado no prazo + aplicação da multa moratória</b> do item 8.2.4.1, se couber.	Item 5.4.1 / 8.2.4.1
Falta de orientação ao Fiscal na entrega	Contratada não orienta o Fiscal de Execução sobre o funcionamento e características do veículo no momento da entrega (item 5.3.3).	Declaração do Fiscal no Termo de Vistoria.	<b>Glosa de R\$ 100,00 por veículo</b> (registro formal da falha).	Item 5.3.3
Não apresentação do Termo de Vistoria	Termo de Entrega e/ou Devolução não enviado pela contratada ao e-mail transporte@tre-mt.jus.br ou não juntado no SEI em até 2 dias (item 5.3.5).	Verificação no e-mail/SEI; ausência do documento.	<b>Glosa de R\$ 80,00 por termo não enviado</b> (por veículo/ocasião).	Item 5.3.5
Falta de indicação ou substituição do gerente responsável	Não indicação do gerente dedicado no prazo de 10 dias (item 4.8.3) ou não comunicação de substituição com anuência prévia da Administração.	Comunicação do fiscal; ausência de resposta da empresa.	<b>Glosa de R\$ 250,00 por dia de atraso</b> , limitada a 10 dias, quando então se caracterizará inadimplemento contratual.	Item 4.8.3 / 4.8.4

Descumprimento do prazo para retirada dos veículos	Contratada não retira os veículos nas datas e horários aprazados (itens 5.1.4 e 5.1.5), gerando custo de guarda ou transtorno ao TRE.	Controle de entrada /saída; comunicação do fiscal.	<b>Glosa equivalente ao valor de 1 DV, por veículo</b> , por dia de atraso na retirada.	Item 5.1.4 / 5.1.5
--	---	--	---	--------------------

4. MECANISMO DE APURAÇÃO E PAGAMENTO

4.1. **Periodicidade:** A apuração será realizada **ao final de cada período de faturamento** (após o 1º turno e, se houver, após o 2º turno), conforme item 7.6 do Termo de Referência.

4.2. **Fluxo de apuração:**

Responsável	Ação	Prazo
Fiscal Local (Chefe de Cartório)	Registra a ocorrência no Termo de Vistoria e/ou em relatório simplificado, comunicando à contratada (com cópia ao Fiscal Central).	Imediato ou em até 24h da ocorrência.
Contratada	Toma ciência da ocorrência e, se for o caso, adota as providências corretivas (substituição, regularização).	Conforme prazos do item 3 deste IMR.
Fiscal Central (Chefia de Segurança e Transportes)	Consolida todas as ocorrências do período em uma planilha de glosas, com base nos relatórios dos Fiscais Locais.	Até 5 dias úteis após o término do período de faturamento.
Fiscal Central	Notifica a contratada, por e-mail/SEI, com a planilha consolidada de glosas, concedendo vista para manifestação.	Até 48h antes do atesto da nota fiscal.
Contratada	Manifesta-se sobre as glosas, concordando ou apresentando defesa prévia com documentos.	48 horas, improrrogáveis.
Fiscal Central	Analisa a manifestação, ajusta a planilha se necessário, e atesta a nota fiscal com o valor já deduzido das glosas.	24h após a manifestação ou decurso do prazo.
Setor Financeiro	Processa o pagamento do valor líquido atestado.	Conforme item 7.13 do TR (até 30 dias).

4.3. **Fórmula de pagamento:**

[ VPF = (DUT \times VD) - (G\_1 + G\_2 + G\_3 + M) ]

Onde:

Variável	Descrição
VPF	Valor Final a Pagar no período
DUT	Total de diárias efetivamente utilizadas no período
VD	Valor da diária contratada



<b>G</b>	Somatório das glosas apuradas no Nível 1 (Crítico)
<b>G</b>	Somatório das glosas apuradas no Nível 2 (Grave)
<b>G</b>	Somatório das glosas apuradas no Nível 3 (Médio)
<b>M</b>	Multas administrativas aplicadas no período (se houver), conforme Capítulo 8 do TR

4.4. **Registro:** Todas as glosas aplicadas deverão ser registradas no processo administrativo (SEI) e justificadas com os respectivos documentos comprobatórios (e-mails, termos de vistoria, registros fotográficos), garantindo a transparência e a auditabilidade do processo.

### 5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. A aplicação das glosas previstas neste IMR não impede a aplicação cumulativa das sanções previstas no Capítulo 8 do Termo de Referência (advertência, multa, impedimento de licitar, declaração de inidoneidade), quando a infração também configurar motivo para tais penalidades.

5.2. A contratada poderá, a qualquer tempo, propor à fiscalização a revisão dos parâmetros, metas ou indicadores deste IMR, desde que demonstre, de forma fundamentada, ganho de eficiência, melhoria na qualidade dos serviços ou economicidade para a Administração, mediante termo aditivo.

5.3. Os casos omissos ou as situações não previstas expressamente neste instrumento serão resolvidos pela Administração com base nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e eficiência, garantindo-se à contratada o contraditório e a ampla defesa.

5.4. Este Instrumento de Medição de Resultados integra o Termo de Referência e o futuro contrato para todos os fins de direito.

## 14. ANEXO II

### ANEXO II

#### 1. ROL EXEMPLIFICATIVO DAS PRAÇAS DE PEDÁGIO EXISTENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO EM QUE OS VEÍCULOS PODERÃO TRANSITAR

CONCESSIO-NÁRIA	FONE	RODOVIA	LOCALIZAÇÃO	EXTENSÃO	SITE
RODOVIA DA MUDANÇA	(65) 3549-4423	MT-449, MT-010 e MT-338	Lucas do Rio Verde, Tapurah e Distrito de Ana Terra (Tapurah)	148,33 km	<a href="https://rodoviadamudancamt449.com.br/">https://rodoviadamudancamt449.com.br/</a>
INTERVIAS	(66) 3544-6620	MT-242, MT-493 e MT-140	Sorriso, Nova Ubiratã e Distrito de Boa Esperança do Norte (Sorriso)	141,60 km	<a href="http://www.mt242.com.br/#!/home">http://www.mt242.com.br/#!/home</a>
APASI	0800 883 0667	MT-242 e MT-491	Sorriso e Ipiranga do Norte	83,80 km	<a href="http://apasi.com.br/">http://apasi.com.br/</a>
SPS	0800 065 4680	MT-235	Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato	113,0 km	<a href="https://abrpmt.com.br/#!/home">https://abrpmt.com.br/#!/home</a>

MORRO DA MESA	0800 646 0130	MT-130	Primavera do Leste e Rondonópolis	111,6 km	<a href="http://morrodamesa.com.br/">http://morrodamesa.com.br/</a>
VIA BRASIL MT-100	0800 002 0100	MT-100	Alto Taquari (divisa entre os Estados de MT/MS) e Alto Araguaia	111,9 km	<a href="http://www.mt100.com.br/">http://www.mt100.com.br/</a>
VIA BRASIL MT-320	0800 004 4900	MT-320 e MT-208	Nova Santa Helena, Colíder, Nova Canaã do Norte, Carlinda e Alta Floresta	188,2 km	<a href="http://www.mt320.com.br/">http://www.mt320.com.br/</a>
NOVA ROTA DO OESTE	0800 065 0163	PP 01 - BR 163	Itiquira	33,6 km	<a href="https://novarotadooeste.com.br/">https://novarotadooeste.com.br/</a>
		PP 02 - BR 364	Rondonópolis	214,4 km	
		PP 03 - BR 364	Campo Verde	316,55 km	
		PP 04 - BR 364	Cuiabá	383,15	
		PP 05 - BR 364	Jangada	479,1 km	
		PP 06 - BR 364	Diamantino	579,1 km	
		PP 07 - BR 163	Nova Mutum	586,9 km	
		PP 08 - BR 163	Lucas do Rio Verde	664,45 km	
		PP 09 - BR 163	Sorriso	766,7 km	

## 2. ENDEREÇOS DA SEDE DO TRE-MT E DAS ZONAS ELEITORAIS ONDE OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ENTREGUES

ZE	LOCAL / ENDEREÇO	MUNICÍPIO
SEDE	Av. Rubens de Mendonça, 4.750, Centro Político Administrativo, 78049-941 - Cuiabá	Cuiabá
ZE02	Rua Justiniano Carvalho Moreno 260, Cohab Garcia Branca, 78760-000 - Guiratinga	Guiratinga
ZE03	Avenida Castelo Branco, 81, Centro, 78480-000 - Rosário Oeste	Rosário Oeste
ZE04	Rua Campos Sales, N 17, Centro, 78175-000 - Poconé	Poconé

<b>ZE05</b>	Avenida das Águas, 544w, Parque dos Ingás, 78450-000 - Nova Mutum	Nova Mutum
<b>ZE06</b>	Rua Davi Atala, Qd3 Lt02, 310 - Jardim Celeste, 78210-630 - Cáceres	Cáceres
<b>ZE07</b>	Travessa Antônia E. Paes da Costa, 43, Centro, 78400-000 - Diamantino	Diamantino
<b>ZE08</b>	Rua João II, 849, Atlântico, 78780-000 - Alto Araguaia	Alto Araguaia
<b>ZE09</b>	Rua José Nobre da Silva, S/N, Setor SENA Marques, 78600-334 - Barra do Garças	Barra do Garças
<b>ZE11</b>	Rua 15 de Novembro, 645, Cidade Alta, 78325-000 - Aripuanã	Aripuanã
<b>ZE12</b>	Rua Araçaju, N. 1656, Campo Real II, 78840-000 - Campo Verde	Campo Verde
<b>ZE13</b>	Rua São Benedito, 800, Centro, 78390-000 - Barra do Bugres	Barra do Bugres
<b>ZE14</b>	Rua Carajós, N 540, Centro, 78820-000 - Jaciara	Jaciara
<b>ZE15</b>	Avenida Governador José Fragelli, S/N, Centro, 78760-000 - São Félix do Araguaia	São Félix do Araguaia
<b>ZE16</b>	Av. Perimetral Sul Esq. C/ Rua 21 de Abril, N 266, Setor Sul, 78645-000	Vila Rica
<b>ZE17</b>	Avenida Prefeito Caio, 639-e, Vila Nova, 78420-000	Arenápolis
<b>ZE18</b>	Rua Germano Greve, N 638, Centro, 78280-000	Mirassol D'Oeste
<b>ZE19</b>	Rua Francisco Ferreira Ramos, 53n, Centro, 78300-112	Tangará da Serra
<b>ZE21</b>	Rua Paranapanema, 1818-s, Jardim das Palmeiras, 78455-000	Lucas do Rio Verde
<b>ZE22</b>	Rua das Grevileas, 442, Setor Comercial Sul, 78550-112	Sinop
<b>ZE23</b>	Rua Tapirapés, 175, Setor Leste, Centro, 78500-000	Colíder
<b>ZE24</b>	Rua das Acerolas, 96, Centro, 78580-000	Alta Floresta
<b>ZE25</b>	Avenida Tancredo Neves, 311, Jardim das Palmeiras, 78250-000	Pontes e Lacerda
<b>ZE26</b>	Av. Couto Magalhães, N. 271, Centro, 78690-000	Nova Xavantina

<b>ZE27</b>	Rua Anita Garibaldi, 190-w, Jardim Boa Vista, 78575-000	Juara
<b>ZE28</b>	Rua Tocantins N 775, Centro, 78655-000	Porto Alegre do Norte
<b>ZE29</b>	Avenida Siegfried Buss, N. 1243, Centro, 78435-000	São José do Rio Claro
<b>ZE30</b>	Rua 06, 345, Centro, 78635-000	Água Boa
<b>ZE31</b>	Rua Tuparendi, N. 64, Centro, 78640-000	Canarana
<b>ZE32</b>	Rua Dom Aquino Correa, 968, Centro, 78540-000	Cláudia
<b>ZE33</b>	Rua Wilmar Antônio Maia de Souza Pinto, 12, Centro Novo, 78530-000	Peixoto de Azevedo
<b>ZE34</b>	Rua Tiradentes, 474, Centro, 78195-000	Chapada dos Guimarães
<b>ZE35</b>	Av. dos Jambos, 719 N, Centro, 78320-000	Juína
<b>ZE36</b>	Av. Brasil, 1692, Centro, 78880-000	Vera
<b>ZE38</b>	Rua Coronel Arruda Pinto, 235, Centro, 78180-000	Santo Antônio do Leverger
<b>ZE40</b>	Rua Santo Amaro, 620, Centro, 78580-000	Primavera do Leste
<b>ZE41</b>	Rua Carlos Luz, 306, Centro, 78260-000	Araputanga
<b>ZE42</b>	Av. Jaime Schecheli, N. 939, Cideval IV, 78365-000	Sapezal
<b>ZE43</b>	Rua Canoas, N. 583, Centro Sul, 78986-058	Sorriso
<b>ZE44</b>	Av. dos Jambos, 155, Centro, 78520-000	Guarantã do Norte, Novo Mundo
<b>ZE45</b>	Avenida Presidente Médici, N. 1.113, Térreo, Centro, 78795-000	Pedra Preta
<b>ZE46</b>	Av. Filinto Muller, 1165, Vila Operária, 78720-605	Rondonópolis
<b>ZE47</b>	Rua Jacara, N 01, Jardim Poxoréu, 78800-000	Poxoréu
<b>ZE48</b>	Rua Ingrid Eggert, 214, Vila Nova, 78330-000	Cotriguaçu
<b>ZE50</b>	Av. Rondonópolis, N. 39, Ed. Comercial Boing, Centro, 78593-000	Nova Monte Verde

ZE52	Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, 1189, Centro, 78285-000	São José dos Quatro Marcos
ZE53	Rua A-4 Esquina Rua A-3, N 16, Setor A, 78643-000	Querência
ZE56	Rua Cáceres, 350, Centro, 78350-000	Brasnorte
ZE57	Av. Mato Grosso, N 629, Centro, 78780-000	Paranatinga
ZE60	Av. Mato Grosso, 2053 Ne, Alvorada, 78360-000	Campo Novo do Parecis
ZE61	Av. Mato Grosso, 269 E, Centro, 78310-000	Comodoro

### 3. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS VEÍCULOS QUE SERÃO LOCADOS

VEÍCULO	ANO/MODELO	COMBUSTÍVEL
<p><b>LOTE 1 - CAMINHONETE MÉDIA DIESEL 4x4 CABINE DUPLA</b></p> <p><b>Especificações mínimas:</b> Caminhonete média, tração 4x4, transmissão mecânica ou automática, cabine dupla, 04 portas, sistema de ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, caçamba com proteção interna em material de alta resistência e sistema de escoamento de água e <b>capota marítima</b>; capacidade para transporte de 05 (cinco) passageiros, incluindo o Condutor</p>	A partir de 2021	Diesel
<p><b>LOTE 2- CAMINHONETE PEQUENA CABINE DUPLA FLEX</b></p> <p><b>Especificações mínimas:</b> Veículo automotor tipo picape, cabine dupla, quatro portas, motorização com tecnologia <b>Flex</b> (gasolina/etanol); direção com assistência elétrica ou hidráulica; transmissão mecânica ou automática; sistema de ar-condicionado; caçamba com proteção interna em material de alta resistência e sistema de escoamento de água e <b>capota marítima</b>; capacidade para transporte de 05 (cinco) passageiros, incluindo o Condutor.</p>	A partir de 2021	Bicombustível-Flex (gasolina /etanol)
<p><b>LOTE 3 - SUV MÉDIO COMPACTO FLEX</b></p> <p><b>Especificações mínimas:</b> Veículo automotor tipo utilitário esportivo (SUV), cabine fechada, cinco portas, direção com assistência elétrica ou hidráulica; motorização flex (gasolina/etanol) ou turbo flex; transmissão mecânica ou automática; capacidade para transporte de 05 (cinco) passageiros, incluindo o Condutor.</p>	A partir de 2021	Bicombustível-Flex (gasolina /etanol)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCIO NEI RIBEIRO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 11:04:13.*

**RICHARDSON DE JESUS AMARAL MELLO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 11:54:07.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA 2.pdf (235.05 KB)

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA**

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ao

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO / TRE-MT**

A/C Pregoeiro(a) do Pregão nº ...../2026

Cuiabá - Mato Grosso

**PROPOSTA**

O proponente a seguir identificado:

Razão Social:		
CNPJ:	Nome Fantasia:	
Logradouro:	Número:	
Complemento:	Bairro:	
Cidade:	CEP:	
Telefone Fixo:	Email:	
Banco:	Agência:	Conta:
Representante:	Telefone Celular:	

Em atendimento ao disposto no Pregão nº..... /2026, após análise do referido edital e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a fornecer os serviços/materiais objeto da licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

		A	B	C	D
Lote	Tipo de Veículo	Quantidade de Veículos	Valor Unitário Mensal (R\$)	Nº de Meses	Valor Total (R\$) (A x B x C)
1	Caminhonete Média DIESEL 4x4 Cabine dupla	30	R\$ .....	03	
2	Caminhonete Pequena Cabine Dupla FLEX	07	R\$ .....	03	
3	SUV Médio Compacto FLEX	23	R\$ .....	03	
TOTAL					

**Observações:**

1. O valor máximo unitário aceitável da locação mensal é o estabelecido na Coleta de Preços nº 011/2026, tomando por parâmetro a média dos preços coletados pela SGC/CONMAT – consoante SEI 03260.2025-0, considerando estar inclusas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros, impostos, pedágios, taxas, contribuições, fretes, vale-transporte, vale-refeição, diárias de pernoite, fornecimento de uniforme, e outros benefícios e encargos exigidos por lei.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Data e Local.

\_\_\_\_\_  
Nome completo e Assinatura do proponente